

PROGRAMAS SOCIAIS

Seguro-desemprego ganha importância

Benefício é um dos principais financiadores de pequenos negócios, a maioria no mercado informal

O seguro-desemprego, concessão temporária paga pelo governo federal a trabalhadores do mercado formal, é hoje a segunda maior fonte de renda social do País, superada apenas pelos benefícios cobertos pela Previdência Social.

No primeiro trimestre deste ano, foram depositados R\$ 1,260 bilhão nas contas de trabalhadores demitidos sem justa causa e, até dezembro, mais R\$ 4,240 bilhões deverão ser colocados no mercado.

A estimativa do Ministério do Trabalho é que 2002 feche com um total de R\$ 5,5 bilhões de benefícios pagos, recurso proveniente do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

No ano passado, o seguro-desemprego pagou R\$ 4,8 bilhões a 4,6 milhões de trabalhadores, de um total de 4,7 milhões de requerimentos. "De cada dez demitidos, cinco se beneficiam", diz o diretor do Departamento de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, Rodolfo Torelly.

São números que revelam, mais do que os esforços do governo federal em dar assistência aos desempregados, uma economia sem fôlego, incapaz de criar empregos suficientes para abrigar a mão-de-obra que tenta ingressar anualmente no mercado de trabalho formal.

A dificuldade do mercado formal em ofertar vagas com carteira assinada explica, segundo especialistas em trabalho e renda, a estabilização dos benefícios concedidos. O número de pessoas atendidas cresce em relação ao universo dos segurados, mas não é proporcional ao total da massa dos trabalhadores brasileiros — formal ou informalmente empregados —, estimada em 64 milhões.

Pesquisa realizada pelo Departamento Interdisciplinar de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (Diece), divulgada semana passada, mostra que a taxa de desemprego total atingiu 20,4% na Região Metropolitana de São Paulo, a maior desde 1985.

Dados conjuntos do Dieese e do IBGE revelam que menos da me-

Segurados	
(em milhões de beneficiários)	
2000	4,2
2001	4,6
2002	4,5*

Fonte: Ministério do Trabalho * Estimativa

tade do conjunto dos ocupados e de pessoas com carteira assinada e servidores públicos estatutários ou celetistas. "Num contexto em que o trabalho se precariza e o desemprego aumenta e atinge mais quem chega ao mercado, é possível entender porque o seguro-desemprego tem se mantido estável", observa o diretor-técnico do Dieese, Sérgio Mendonça.

Segunda renda

Entre os que têm acesso ao seguro-desemprego, o impacto como segunda maior renda social do País é mais visível nos centros urbanos. É principalmente nas grandes cidades que o benefício funciona como um amortecedor da perda de renda nos períodos de recrudescimento do desemprego.

"O seguro-desemprego é muito metropolitano e geralmente é o meio urbano que fica no epicentro das crises econômicas", diz o pesquisador do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Marcelo Neri. Ele explica que, em períodos de crises econômicas, como os observados entre 1996 e 1999, e a partir de 2001, os efeitos são dois: "o primeiro é o aumento do desemprego e o segundo, o crescimento dos rendimentos sociais".

Os valores pagos do seguro são limitados ao piso de um salário mínimo e ao teto de R\$ 374,20 em valores calculados com base nos últimos três salários recebidos. "Os

trabalhadores que ganham até dois salários mínimos representam mais da metade dos que se utilizam do seguro e mais de um terço dos beneficiados recebem entre dois e três salários mínimos", diz Torelly.

Pequenos negócios

Por outro lado, mesmo ressaltando que o Brasil é o País da América Latina que possui o benefício desemprego mais estruturado, o pesquisador Marcelo Neri considera que o seguro é focado no trabalhador formal metropolitano, "que não é o mais pobre dos brasileiros".

Curiosamente, uma pesquisa feita pelo IBGE citada por Marcelo Neri, mostra que os recursos do seguro-desemprego, juntamente com as verbas obtidas como compensação pela perda do emprego (FGTS, multa por rescisão de contrato), são importantes financiadores de pequenos negócios, a maioria no mercado informal.

"A pesquisa, feita com base em dados de 1997, indica que o seguro e o dinheiro da rescisão são a segunda fonte de capital para a criação de negócios novos e 80% desses negócios são informais", explica Marcelo Neri. A parcela dos desempregados que não utiliza as verbas rescisórias é o seguro para montar um negócio, usa o dinheiro para comprar alimentos e para custear a procura por um novo trabalho.

"O Centro de Solidariedade em São Paulo atende cinco mil desempregados por dia e nós sabemos que o dinheiro do seguro é usado na compra de alimentos em casa e para pagar a condução", diz o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves.

Programa mais flexível

O seguro-desemprego foi instituído em 1986, durante o Plano Cruzado, quando atendia pessoas que haviam trabalhado 36 meses em quatro anos. Em 16 anos, o benefício foi flexibilizado em quantidade de parcelas e tempo de carteira assinada exigido. As últimas modificações determinam o pagamento de três parcelas a trabalhadores com seis meses de carteira assinada no período de 11 meses, quatro parcelas aos que trabalharam 12 meses em 23 meses e cinco parcelas aos trabalhadores que permaneceram formalmente empregados por mais de 24 meses em 36 meses.

A evolução do seguro-desemprego mostra que em 1986, ano em que foi instituído, foram depositados US\$ 16 milhões para atender a 150,7 mil trabalhadores. No ano seguinte a cifra saltou para US\$ 166 milhões, com cobertura a 734,2 mil desempregados do mercado formal. Em 1999, o montante atingiu US\$ 2,128 bilhões, passou para US\$ 2,221 bilhões em 2000 e atingiu

US\$ 2,039 bilhões em 2001. "O seguro-desemprego segue estabilizado num ápice de utilização desde 1996", comenta o diretor do Departamento de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, Rodolfo Torelly.

Benefício maior

Em maio, as taxas salariais para o cálculo das parcelas do seguro-desemprego foram corrigidas em 11,11%, mesmo percentual de reajuste do salário mínimo em abril. O piso do benefício é R\$ 200,00 e pode chegar a R\$ 374,20. As parcelas estão disponíveis na Caixa Econômica Federal (CEF) a partir do 30º dia de liberação dos pagamentos pelo Ministério do Trabalho.

Sindicalistas ligados à Força Sindical e à CGT entregaram ao governo proposta de ampliação do benefício em seis, sete e oito parcelas. Eles também querem que o governo vincule o depósito do benefício à obrigatoriedade do trabalhador fazer um curso de requalificação profissional.